- Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SeMOB) e;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
II – DETERMINAR à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – DGAF que, através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
III – A presente PORTARIA retroagirá seus efeitos a contar do dia 10 de outubro de 2024.

Belém, 08 de janeiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício.

Protocolo: 1156852

PORTARIA Nº 20/2025 – SAGAT/SEMAS, DE 07/01/2025

Servidor: CHYRLENE FURTADO MACHADO

Matrícula: 5983740/1

Cargo: TECNICO EM GESTAO PUBLICA

Concessão: 08 (oito) dias de afastamento em razão de falecimento de pessoa da família

Período: 13/12/2024 a 20/12/2024

Processo: 2024/2585659

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 1156732

PORTARIA Nº 18/2025– SAGAT/SEMAS, DE 07/01/2025

Nome: ADRIELLE BAIA RODRIGUES PRADO

Matrícula: 57230542/5

Função: Técnico em Gestão de Meio Ambiente

Concessão: 08 (oito) dias de afastamento decorrente de casamento

Período: 12/12/2024 a 19/12/2024

Processo: 20204/2564059.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 1156734

PORTARIA Nº19/2025 – SAGAT/SEMAS, DE 07/01/2025.

Nome: FELIPE YOSHIO HOSHINO

Matrícula: 55209111/1

Cargo: Técnico em Gestão de Meio Ambiente

Concessão: 20 (vinte) dias de Licença Paternidade

Período: 14/12/2024 a 02/01/2025

Processo: 2024/2572045

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 1156736

PORTARIA Nº 0021/2025 - GAB/SEMAS

A Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias, de acordo com o Decreto de 31 de março de 2023, publicado no DOE nº 35.349 do dia 03 de abril de 2023; no uso das suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com as PORTARIAS nº 733 de 24 de abril de 2023 e nº 734 de 24 de abril de 2023, publicadas no DOE nº 34.376 do dia 26 de abril de 2023; CONSIDERANDO os termos do Processo nº E-2025/2527185 e o teor do OFÍCIO nº 2024/13 CINFAP - SEMAS;

RESOLVE:

I – Autorizar viagem e deslocamento de Belém/PA, ao município de Moju/PA, dos servidores GIOVANI REZENDE BARBOSA FERREIRA, Matrícula nº 5962042/3, ALINNE NAYARA NEGRAO DE MELO, Matrícula nº 5932607/2 e EDENILCE OLIVEIRA DE OLIVEIRA, Matrícula nº 5903373/5, ocupantes do cargo de Técnico Em Gestão de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar vistoria técnica no Sistema de Transmissão (LT 500 kV Tucuruí-Marituba C1 e SE associadas), em 12/12/2024, sem ônus para a SEMAS.

Belém, 08 de Janeiro de 2025.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 1156769

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 03033/2024 - SAGAT/SEMAS, DE 19/12/2024.

Servidor: FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA DE SOUZA

Matrícula: 5110645/1

Cargo: Motorista

Concessão: 206 (duzentos e seis) dias de Licença para Tratamento de Saúde

Período: 24/05/2024 a 15/12/2024

Laudo Médico: 123276 de 16/12/2024

Processo: 2024/710384 e E-2024/2431790

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 1156861

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 11/2025-GAB/SEMAS, de 06/01/2025

I – DESIGNAR, o servidor JOSÉ LUIZ SOUZA RODRIGUES, Matrícula nº 57197215/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública/Gerente, para responder pela Coordenadoria Financeira e Contábil – COFIN, durante o impedimento do titular LEOPÉRCIO BARBOSA FÓRO, matrícula nº 57196794/1 de férias no período de 13/01/2025 a 11/02/2025.

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Protocolo: 1156766

PORTARIA Nº 10/2025-GAB/SEMAS de 06/01/2025

I – DESIGNAR, a servidora SOYANE DE FÁTIMA MIRANDA GOMES ROCHA, Matrícula nº 57196802/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública, para responder pela Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEOFI, durante o impedimento do titular JOSÉ LUIZ SOUZA RODRIGUES, matrícula nº 57197215/1, que responderá pela Coordenadoria Financeira Contábil/COFIN no período de 13/01/2025 a 11/02/2025.

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Protocolo: 1156756

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024

(Numeração do Portal de Compras: 90016/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/888409

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade decide por REABRIR com prazo, o Pregão Eletrônico em epígrafe, após a devida retificação no Edital.

Objeto: Aquisição de café e açúcar para atender os servidores que compõem o quadro de pessoal da SEMAS/PA.

Entrega do Edital disponível a partir do dia 09/01/2025: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>; <https://www.compraspara.pa.gov.br/>; <https://www.semam.pa.gov.br/licitacoes/>

Data de Reabertura: 21/01/2025 às 10h (horário de Brasília)

Local de Reabertura: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Belém, 08 de Janeiro de 2025

Rose Rafaelle Silva de Freitas

Agente de Contratação

SEMAS/PA

Protocolo: 1156755

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 0023/2025 - SAGAT/SEMAS, 08/01/2025

ALTERAR, por motivo de necessidade de serviços, o gozo de férias do período de 23/01/2025 a 01/02/2025 para 02/06/2025 a 11/06/2025, do servidor ALAN PENA DE SOUZA, matrícula n.º 5976856/1, concedido por meio da PORTARIA n.º 2675/2024 - SAGAT/SEMAS de 11/11/2024, publicada no DOE n.º 36.028 de 12/11/2024, referente ao exercício 2023-2024.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 1156894

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL**

FÉRIAS

PORTARIA Nº 07/2025-SAGA

Belém, 08 de janeiro de 2025

CONSIDERANDO: O Processo nº 2025/2012367, e Ofício nº2025/1 GPS - SEGUP, de 06.01.2025.

CONSIDERANDO: A PORTARIA nº 2004/2024-SAGA, de 31.10.2024, publicada no DOE nº 36.017, de 04.11.2024, que concedeu 30 (trinta) dias de férias ao servidor ANTONIO CARLOS DANTAS BARROSO, Assistente Administrativo, MF 56120/1, 2024/2024, no período de 07.01 a 05.02.2025. R E S O L V E:

- Suspender o período de gozo de férias do servidor ANTONIO CARLOS DANTAS BARROSO, Assistente Administrativo, MF 56120/1, 2024/2024, a contar de 08.01.2025, por necessidade de serviço.

- Ficando o restante de 29 (vinte e nove) dias do período de gozo de férias, para 01.04 a 29.04.2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP

Protocolo: 1156882

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO Nº 488/2024-CONSEP

EMENTA: Aprovação da Revisão e Reestruturação do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – PESPDS/PA - 2022/2031.

O Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 7.584/2011, com alterações da Lei nº 8.906/19, juntamente com a Resolução nº 351/18-CONSEP, de 13/12/2018, homologada pelo Decreto Estadual nº 315/19 de 20/09/2019 e Resolução nº 408/2020-CONSEP de 21/10/2020, homologado pelo Decreto Estadual nº 1.465, de 12/04/2021, ambas do Regimento Interno do CONSEP; CONSIDERANDO a aprovação do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social-2022/2031 pelo Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) através da Resolução nº 440/2022-CONSEP, de 14 de abril de

2022 e homologada pelo Decreto Estadual nº 2.397, de 1º de junho de 2022;

CONSIDERANDO o prenúncio de revisão biennial do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social-2022/2031, reforçado pelo anexo I da PORTARIA nº 135-SEGUP, de 31 de outubro de 2023, que Institui o Sistema de Governança do referido Plano Estadual;

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação, correções, aprimoramentos e alinhamentos dos indicadores, metas, objetivos e ações estratégicas do PESPDS 2022-2031, no sentido de estarem em consonância com a Política e o Plano Nacional de Segurança Pública, instituídos respectivamente pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 e pelo Decreto Federal nº 9.489, de 30 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO que foram nomeados os servidores CEL QOPM HÉLIO PAIXÃO DE MORAES; SUPLENTE – IPC OSWALDO HILTON BOTELHO DE BARROS; SUPLENTE – CEL QOBM ALYNE GISELLE CAMELO LOUZEIRO para comporem a comissão de avaliação e revisão Plano Estadual, conforme PORTARIA nº 033/2024-GAB/SEC/SEGUP de 18 de março de 2024;

CONSIDERANDO finalmente que foi apresentada, pelo CEL QOPM HÉLIO PAIXÃO DE MORAES na 388ª Reunião Ordinária do CONSEP realizada em 19/09/2024 no CICC, a Revisão do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – PESPDS/PA - 2022/2031, sendo aprovada pela unanimidade dos Conselheiros presentes na referida sessão.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Revisão e Reestruturação do Plano Estadual de Segurança Pública do Pará - Anos 2022/2031, elaborado pela Comissão de Avaliação e Revisão do Plano Estadual, criada através da PORTARIA nº 033/2024-GAB/SEC/SEGUP de 18 de março de 2024, constantes no Anexo da presente Resolução, na conformidade que estabelece o art. 26 do Regimento Interno do Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP.

Art. 2º - A Revisão do Plano Estadual de Segurança Pública do Pará - PESPDS/PA - 2022/2031 constitui-se de:

- 1 - INTRODUÇÃO;
- 2 - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA;
- 3 - SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SIEDS;
 - 3.1 - MISSÃO;
 - 3.2 - VISÃO;
 - 3.3 - VALORES;
- 4 - PRINCIPAIS CONCEITOS - SEGURANÇA PÚBLICA;
- 5 - OBJETIVOS GERAIS DO PESPDS 2022-2031;
- 6 - PLANO DE METAS;
- 7 - EIXOS DIRETIVOS (DIMENSÕES CONCEPTIVAS);
 - 7.1 - FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL;
 - 7.2 - MULTI CAUSALIDADE DA VIOLÊNCIA;
 - 7.3 - SEGURANÇA MUNICIPAL;
 - 8 - POLÍTICAS CENTRAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA;
 - 8.1 - PROGRAMA SEGURANÇA POR TODO PARÁ;
 - 8.2 - POLÍTICA PÚBLICA TERRITÓRIO PELA PAZ;
 - 8.3 - POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA (PEOSP);
 - 9 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS;
 - 10 - INICIATIVAS ESTRATÉGICAS;
 - 11 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
 - 12 - SISTEMA DE GOVERNANÇA;
 - 13 - REFERÊNCIAS;
 - 14 - ANEXOS.

Art. 3º - Sem prejuízo de outros programas de gestão que possam se tornar prioritários ao longo de sua execução, o PESPDS/PA é constituído pelos seguintes programas com vistas ao alcance do item 5 do art. 2º:

- I- Programa Segurança por Todo o Pará;
- II- Programa Territórios pela Paz – TerPAZ;
- III- Programa Estadual de Apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública – PEOSP;
- IV- Programa de Análise de Resultados da Gestão Estratégica Administrativa e Operacional – PARGEO.

Parágrafo único - Os programas de que trata o caput serão subdivididos em ações complementares de mesma natureza, definidas conforme o grau de importância, demanda e disponibilidade de recurso, prazo de execução e diversidade regional.

Art. 4º - A estrutura de governança do PESPDS/PA é composta das seguintes instâncias:

- I - Nível N1, Comitê Estratégico de Governança do PESPDS, composta pelos membros do Conselho de Segurança Pública (CONSEP).
- II - Nível N2, Comissão Técnica de Governança do PESPDS, composta pela Gerência da secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), sob a coordenação da Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO/SEGUP;
- III - Nível N3, Comitê Executivo de Governança do PESPDS, supervisionado pela Secretaria Adjunta de Gestão Operacional (SAGO/SEGUP) em articulação com as unidades subordinadas das instituições que compõe o SIEDS.

Art. 5º - A Comissão Técnica que alude o artigo anterior, constituir-se-á de três (3) Conselheiros titulares e três (3) suplentes, designados por PORTARIA da Presidência do CONSEP, cuja coordenação será escolhida entre seus pares, tendo a missão de analisar e emitir parecer sobre andamento das ações e atividades desenvolvidas do PESPDS/PA, apresentando-os ao Plenário do Colegiado no final do exercício de cada ano de sua vigência.

Art. 6º - O processo de coordenação, supervisão, monitoramento e avaliação dos eixos, estratégias e ações do PESPDS/PA - 2022/2031, será de responsabilidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social/Órgão Central do SIEDS, competindo-lhe repassar à Comissão Técnica do CONSEP todos os dados e informações necessárias para acompanhamento do desenvolvimento do Plano.

Art. 7º - Ocorrendo a necessidade de quaisquer alterações no PESPDS/PA, propostas pela SEGUP e/ou Comissão Técnica do CONSEP, deverão ser apreciadas e aprovadas pelo Plenário do Colegiado.

Art. 8º - Os recursos orçamentários para execução do PESPDS/PA estarão assegurados através de fontes do Tesouro Público, Fundo de Investimento de Segurança Pública (FISP), Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (FESPDS) e Recursos Próprios concernentes ao DETRAN/PA, conforme pp. 72 a 76 do plano em sua íntegra.

Art. 9º - A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, como Órgão Coordenador do SIEDS, deve disponibilizar no site eletrônico da SEGUP - www.segup.pa.gov.br, ou em outras mídias sociais, em caráter permanente o Plano Estadual na sua totalidade, a fim de possibilitar informação e acesso ao cidadão.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário do CONSEP, em 27 de novembro de 2024.

UALAME FIALHO MACHADO

Presidente do CONSEP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 488/2024 – CONSEP

Plano Estadual de Segurança Pública Estado do Pará – PESPDS/PA ANOS 2022/2031

Extrato para publicação

Responsabilidade da produção: Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – Órgão Central do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social/SIEDS, no cumprimento de sua missão institucional conforme previsão estatuída no art. 1º, da Lei nº 7.584/11.

Aprovada pelo Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP, a Resolução nº 488, de 27/11/2024, por maioria simples dos Conselheiros presentes na 388ª Reunião Ordinária do colegiado, realizada em 19 de setembro de 2024, no Centro Integrado de Comando e Controle - CICC, com base no art. 26 da Resolução nº 351/2018-CONSEP, de 13/12/2018, homologada pelo Decreto Estadual nº 315, de 20 de setembro de 2019.

Orientação/Matriz/Alinhamento: Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, no Decreto Federal nº 9.489, de 30 de agosto de 2018.

Plano Nacional de Segurança Pública aprovado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública/Ano 2022-2031 e Plano Plurianual do Governo do Estado do Pará.

Execução: Comissão de Avaliação e Revisão do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – PESPDS/PA - 2022/2031, criada através da PORTARIA nº 033/2024-GAB/SEC/SEGUP, de 18 de março de 2024.

Acompanhamento/Avaliação/Proposituras: A cargo de uma Comissão de Acompanhamento do CONSEP, e em trabalho articulado com setor da SEGUP encarregado do monitoramento das metas e ações previstas no PESPDS/PA.

Realinhamento/Alterações do PESPDS/PA serão propostas pela SEGUP e/ou Comissão Técnica do CONSEP, a serem apreciadas/aprovadas pelo Plenário do Colegiado, autorizadas mediante PORTARIA da Presidência.

PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO PARÁ

1 - INTRODUÇÃO

O Plano Estadual de Segurança Pública deve ser tido como a pedra angular do Estado do Pará no campo das políticas públicas de segurança e defesa social, por apresentar a materialização dos esforços prioritários e permanentes das instituições de segurança focado na redução dos índices de violência. Uma busca incessante pela qualidade de vida dos paraenses e por um Estado cada vez mais seguro.

O objetivo desafiador de reduzir diversas formas de violência, prevaleceu no Plano de Segurança em iniciativas estratégicas que focassem no fortalecimento das instituições, na valorização dos profissionais, atendimento prioritário a grupos vulneráveis, investimentos tecnológicos, nos serviços inteligência e em outros campos de relevância para a segurança pública e a defesa social.

2 - DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA

Parte imprescindível do processo de elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, o Diagnóstico Situacional foi um dos principais produtos desenvolvidos no pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional e Intersecretarial, composto por membros das instituições componentes do SIEDS, Casa Civil da Governadoria do Estado; Secretaria de Estado da Fazenda; Secretaria de Estado de Planejamento; Secretaria Extraordinária de Estado de Cidadania e da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, conforme disposto no Decreto nº 75, de 24 de abril de 2019.

Neste processo de diagnóstico, a consulta pública foi uma técnica de suma importância para a identificação de prioridades e demandas da comunidade paraense. Ao todo 400 (quatrocentas) contribuições da sociedade civil organizada e não organizada foram recebidas, onde as sugestões foram submetidas a análises e consequentemente colaboraram para as definições de eixos temáticos e iniciativas estratégicas que pudessem influenciar para o alcance das metas.

3 - SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SIEDS

O Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará/SIEDS, instituído pela Lei nº 5.944, em 02 de fevereiro de 1996, reorganizado pela Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011, com a denominação de Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, com alterações da Lei Estadual nº 8.906/2019, de 06 de novembro de 2019, juntamente com a Resolução nº 351/2018-CONSEP, de 12 de dezembro de 2018, homologada pelo Decreto Estadual nº 315/2019, de 20 de setembro de 2019, Resolução nº 408/2020-CONSEP, de 21 de outubro de 2020, homologada pelo Decreto Estadual nº 1.465, de 12 de abril de 2021, possui a seguinte composição:

I. Órgãos de Deliberação Colegiada:

1. a) Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP - tem por finalidade definir sobre as políticas e medidas relevantes na área de segurança pública no Estado do Pará;
2. b) Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN, órgão consultivo, delibera-

tivo e normativo estadual do Sistema Nacional de Trânsito, no âmbito do Estado do Pará;

3. II. Órgãos de Natureza Consultiva:

4. a) Comitê Integrado de Gestores da Segurança Pública - SIGESP;
5. b) Comitê Integrado de Corregedores de Segurança Pública - CICSP;
6. c) Gabinete Interinstitucional de Gerenciamento e Negociação/GIGN;
7. d) Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública - GGI/PA;

III. Órgãos de Natureza Especial:

1. a) Ouvidoria do Sistema;
2. b) Diretoria do Disque-Denúncia;
3. VI. Órgão Central do Sistema: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP;
4. V. Órgãos sob Supervisão Técnica e Operacional:
5. a) Polícia Militar do Pará;
6. b) Corpo de Bombeiros Militar do Pará;
7. c) Polícia Civil do Estado do Pará;
8. d) Departamento de Trânsito do Estado do Pará;
9. e) Secretaria de Estado de Administração Penitenciária;
10. f) Polícia Científica do Pará.

3.1 - MISSÃO: Assegurar a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio dos órgãos que o compõem, garantindo a integridade e a segurança do cidadão;

3.2 - VISÃO: Ser reconhecido como um Sistema de Excelência em Segurança Pública, promoção da Cidadania e Paz Social;

3.3 - VALORES: Ética, profissionalismo, legalidade, garantia da dignidade humana, uso da força como último recurso, garantia de princípios democráticos, compromisso social, probidade administrativa, alteridade e credibilidade institucional.

4 - PRINCIPAIS CONCEITOS - SEGURANÇA PÚBLICA

I - Violência: Trata-se de um conceito amplo e de muitas acepções. Baseado na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, onde violência pode ser admitida como qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico ou dano moral ou patrimonial, que pode estar associada ou não ao poder de persuasão e manipulação de violência simbólica. Difere, portanto, da criminalidade violenta, na qual as condutas criminosas precisam estar tipificadas em alguma lei;

II - Criminalidade: Prática de uma conduta antijurídica, tipificada na legislação penal;

III - Preservação da Ordem Pública: Ato de conservar, defender, cuidar, guardar, manter, proteger, resguardar, salvar as condições elementares para se viver de forma civilizada em comunidade, ou seja, é a busca pelo grau de normalidade da vida social, da "ausência de desordem que resultam na incolumidade da pessoa e do patrimônio;

IV - Políticas Públicas: Conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pela gestão pública que visam assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos ou de grupos da sociedade em seus diversos segmentos culturais, étnicos ou econômicos na busca de resultados significativos de bem-estar;

V - Prevenção Social: Ações desenhadas por forças policiais com vistas a inibir práticas violentas ou criminosas que tendem a ocorrer, a partir de análises de contextos sócio-criminais, ambientais, infraestruturais, culturais, econômicos e comportamentais vivenciados nos territórios;

VI - Defesa Social: Sistema protetivo no âmbito da atuação da Segurança Pública destinadas a grupos de pessoas, segmentos sociais e espaços territoriais em situações de vulnerabilidades sócio-criminais;

VII - Repressão qualificada: Corresponde à resposta sistêmica, célere e de excelência do Sistema de Segurança e da Justiça criminal às condutas delitivas já havidas ou em desenvolvimento, visando sua cessação ou reincidência;

VIII - Gestão e Governança: Conjunto de mecanismos práticos, gerenciáveis e sistêmicos utilizados pelos órgãos de Segurança Pública e Defesa Social com a finalidade de alcançar o crescimento institucional, a otimização dos recursos e processos, avaliação e direcionamento das Políticas Públicas para o alcance de serviços de qualidade que possibilitem o bem-estar da sociedade;

5 - OBJETIVOS GERAIS DO PESPDS 2022-2031

I - Consolidar a cultura de integração institucional, estratégica e sistêmica por meio das gestões por resultados, evidências e processos no âmbito dos integrantes do SIEDS;

II - Promover o fortalecimento institucional das organizações que compõem o SIEDS mediante uma Política de Modernização dos Serviços Públicos de Segurança;

III - Garantir, por parte dos órgãos do SIEDS, planejamentos qualificados na proteção da sociedade a partir das metas, diretrizes, objetivos e iniciativas estratégicas estabelecidas no referido Plano;

IV - Incentivar o Sistema de Segurança na elaboração de iniciativas estratégicas com características inovadoras, criativas, preventivas e transformadoras;

V - Fomentar a integração estratégica, as atividades de inteligência de segurança pública com instituições congêneres e o gerenciamento de crises e incidentes;

VI - Apoiar as ações de preservação da ordem pública e da incolumidade física, moral, psicológica, patrimonial e ambiental das pessoas, conforme os princípios constitucionais e atribuições legais dos órgãos do Sistema de Segurança Pública;

VII - Estimular e apoiar ações de prevenção à violência e à criminalidade, principalmente à grupos, segmentos e territórios em condições de vulnerabilidade;

VIII - Fortalecer a participação social no campo da Segurança Pública;

IX - Estimular a produção, publicação de estudos e diagnósticos que colaborem para a formulação e avaliação de políticas públicas no âmbito da Segurança Pública e Defesa Social;

X - Promover a interoperabilidade dos Sistemas de Segurança Pública Brasileiros;

XI - Incentivar e ampliar as ações de prevenção, controle e fiscalização para coibir crimes transfronteiriços;

XII - Racionalizar e humanizar o sistema penitenciário e outros ambientes de encarceramento;

XIII - Fomentar ações permanentes no combate ao crime organizado e à corrupção;

XIV - Estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o Sistema Nacional de Segurança Pública e de seus familiares;

XV - Estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o Sistema Nacional de Segurança Pública;

XVI - Priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

XVII - Fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios;

XVIII - Torna-se referência quanto ao seu Sistema de Governança no que diz respeito ao monitoramento, avaliação, direcionamento das iniciativas estratégicas e transparência da gestão operacional e administrativa.

6 - PLANO DE METAS

I. Reduzir a taxa de homicídios para abaixo de 16 mortes por 100 mil habitantes até 2030 (Redução de 34%);

II. Reduzir a taxa de lesão corporal seguida de morte para abaixo de 0,30 morte por 100 mil habitantes até 2030 (Redução de 40%);

III. Reduzir a taxa de latrocínio para abaixo de 0,70 morte por 100 mil habitantes até 2030 (Redução de 43%);

IV. Reduzir a taxa do feminicídio para abaixo de 2 mortes por 100 mil mulheres até 2031 (Redução de 20%);

V. Reduzir em 22% as ocorrências de violência contra a mulher no Estado do Pará até 2031;

VI. Reduzir a taxa de mortes violentas de mulheres para abaixo de 2 mortes por 100 mil mulheres até 2030. (Redução de 54%);

VII. Reduzir a taxa de mortes no trânsito para abaixo de 9 mortes por 100 mil habitantes até 2030 (Redução de 27%);

VIII. Reduzir o número absoluto de vitimização de profissionais de Segurança Pública em 30% até 2030. (Redução de 35%);

IX. Reduzir o número absoluto de suicídio de profissionais de Segurança Pública em 30% até 2031;

X. Reduzir 30% das mortes por intervenção de agentes em dois anos;

XI. Reduzir a taxa de furto de veículos para abaixo de 140 ocorrências por 100 mil veículos até 2031 (Redução de 27%);

XII. Reduzir em 25% as ocorrências de furto em residências no Estado do Pará até 2031;

XIII. Reduzir a taxa de roubo de veículos para abaixo de 150 ocorrências por 100 mil veículos até 2030 (Redução de 27%);

XIV. Reduzir em 25% as ocorrências de roubo a transeuntes no Estado do Pará até 2031;

XV. Reduzir em 25% as ocorrências de roubo em residência no Estado do Pará até 2031;

XVI. Reduzir em 25% as ocorrências de roubo em estabelecimento comercial no Estado do Pará até 2031;

XVII. Reduzir em 25% as ocorrências de roubo em embarcações no Estado do Pará até 2031;

XVIII. Reduzir em 25% as ocorrências de roubo a banco no Estado do Pará até 2031;

XIX. Reduzir em 25% as ocorrências de tráfico de drogas no Estado do Pará até 2031;

XX. Aumentar em 37% o quantitativo de chamadas despachadas para atendimento as ocorrências de Perturbação do Sossego até 2031;

XXI. Reduzir a taxa de Roubo em 3,5% ao ano no Estado do Pará até 2031;

XXII. Reduzir em 22% as ocorrências de crimes contra a flora no Estado do Pará até 2031;

XXIII. Reduzir em 22% as ocorrências de crimes contra a fauna no Estado do Pará até 2031;

XXIV. Aumentar em 27% o quantitativo de vagas no sistema prisional com o total de 18.007 vagas até 2030;

XXV. Aumentar em 114% o quantitativo de presos que exercem atividade laboral até 2030;

XXVI. Aumentar em 114% o quantitativo de presos que exercem atividades educacionais até 2030;

XXVII. Atingir o índice de 27% de unidades locais devidamente certificadas, por meio de alvará de licença (ou instrumento equivalente) emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar até 2030;

XXVIII. Aumentar o mapeamento de áreas de risco em 10% ao ano;

XXIX. Aumentar em 10% ao ano os atendimentos a eventos de incêndios florestais até 2031;

XXX. Reduzir o tempo médio de resposta a incêndios urbanos em 1 minuto em relação ao ano anterior;

XXXI. Aumentar em 10% ao ano a capacidade de atendimento às ocorrências pré-hospitalar até 2031;

XXXII. Reduzir a taxa de pendências periciais em 2,37% até 2031;

XXXIII. Aumentar o índice de atendimento pericial em 2,43% até 2031.

7 - EIXOS DIRETIVOS (DIMENSÕES CONCEPTIVAS)

São conteúdos assegurados e essenciais no campo da Segurança Pública e da Defesa Social, bases para as construções concepcionais dos Programas Centrais do Sistema de Segurança Pública: sendo eles:

7.1 - FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

A proposição de uma política de segurança que vise a preservação da ordem pública e a redução da violência, em suas mais distintas expressões,

perpassa necessariamente pela atuação eficiente das instituições que compõe o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS).

7.2 - MULTI CAUSALIDADE DA VIOLÊNCIA

Este Eixo Diretivo trata da responsabilidade interinstitucional dos órgãos públicos na preservação da paz social, pois na contemporaneidade já é um pensamento consolidado no campo da Segurança Pública.

7.3 - SEGURANÇA MUNICIPAL

A Lei nº 13.675 de 12 de dezembro de 2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, e institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) estabelece a inclusão dos Municípios nos debates, planejamentos e nas realizações de políticas públicas na esfera da Segurança Pública, que até então eram tidas com exclusividade a dos Entes Federais/ Estaduais que constituem o artigo 144 da Constituição Federal de 1988.

8 - POLÍTICAS CENTRAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Programas que tiveram suas origens nas necessidades emergenciais da sociedade paraense durante o período de 2018 a 2021, com seus conteúdos diretamente conectados aos Eixos Diretivos deste Plano.

8.1 - PROGRAMA "SEGURANÇA POR TODO PARÁ"

Criada pela PORTARIA nº 046/2024-SEGUP, de 10 de abril de 2024, o Programa nasceu com a finalidade de coordenar esforços do SIEDS com foco na redução dos índices de criminalidade nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado (RISP).

8.2 - POLÍTICA PÚBLICA TERRITÓRIO PELA PAZ

Criada pelo Governo do Pará em 2019, o Programa Territórios pela Paz (TERPAZ) surgiu como uma iniciativa finalística de promover a paz social em áreas com elevados índices de criminalidades e vulnerabilidades sociais. Essas premissas de violência, levaram a seleção de 7 (sete) bairros na Região Metropolitana de Belém (Guamá, Terra Firme, Jurunas, Bengui, Cabanagem na cidade de Belém; Icuí em Ananindeua e Nova União/São Francisco no Município de Marituba) como prioritários da atenção das políticas públicas de segurança e sociais, os quais apresentavam a época média de 30 crimes de mortes por mês.

8.3 - POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA (PEOSP)

Estabelecida pelo Decreto Estadual nº 2.409, de 02 de junho de 2022, a PEOSP visa fortalecer os Sistemas Municipais de Segurança a partir de Termos de Cooperação Técnica com a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Pela adesão a referida Política, os Municípios podem participar de operações integradas com os Órgãos do SIEDS, usufruir da disponibilidade de dados e informações com o uso de sistemas informatizados, cursos, treinamentos operacionais, estágios, nivelamento de conhecimento, intercâmbio profissional, repasses e cessões de uso de veículos, materiais, equipamentos, armamentos e munições, sistemas e equipamentos de comunicação.

9 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

São os caminhos fundamentados em eixos temáticos norteadores dos planejamentos Táticos e Operacionais dos órgãos do Sistema de Segurança Pública, com vista ao alcance das metas estabelecidas para cada um dos indicadores de criminalidade estabelecidos pelo PESPDS 2022-2031, com as seguintes proposições:

- I - Consolidar os fundamentos básicos da cultura de Gestão e Governança;
- II - Incentivar a Produção de Conhecimento Técnico e Científico;
- III - Fortalecer o serviço de Inteligência Policial;
- IV - Ampliar, modernizar e aparelhar a Infraestrutura e os Serviços de atendimento ao público;
- V - Otimizar os processos de Investigação e Perícia Criminal;
- VI - Potencializar o enfrentamento às Facções Criminosas;
- VII - Intensificar a Fiscalização e a Proteção Ambiental;
- VIII - Proteger preventivamente os Ambientes, Grupos e Indivíduos em Condições de Vulnerabilidade à violência;
- IX - Ampliar as ações de Humanização Carcerária;
- X - Proporcionar o Bem-Estar, Qualificação e Valorização Profissional;
- XI - Fortalecer a Integração Institucional entre os órgãos e poderes público;
- XII - Garantir a Participação Social nas iniciativas de Segurança Pública;

10 - INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Programas, projetos e ações propostos pelos órgãos do SIEDS, com limite temporal para início de suas execuções até o ano de 2028, considerados prioritários, criativos, inovadores, modernos, transformadores capazes de afetarem as metas estabelecidas no PESPDS 2022-2031.

Objetivo Estratégico 1: Consolidar os Fundamentos Básicos da Cultura de Gestão e Governança;

Objetivo Estratégico 2: Incentivar a Produção de Conhecimento Técnico e Científico;

Objetivo Estratégico 3: Fortalecer o Serviço de Inteligência Policial;

Objetivo Estratégico 4: Ampliar, Modernizar e Aparelhar a Infraestrutura e os Serviços de Atendimento ao Público;

Objetivo Estratégico 5: Otimizar os Processos de Investigação e Perícia Criminal;

Objetivo Estratégico 6: Potencializar o Enfrentamento às Facções Criminosas;

Objetivo Estratégico 7: Intensificar a Fiscalização e a Proteção Ambiental;

Objetivo Estratégico 8: Proteger Preventivamente os Ambientes, Grupos e Indivíduos em Condições de Vulnerabilidade à Violência;

Objetivo Estratégico 9: Ampliar as Ações de Humanização Carcerária;

Objetivo Estratégico 10: Proporcionar o Bem-Estar, Qualificação e Valorização Profissional;

Objetivo Estratégico 11: Fortalecer a Integração Institucional entre os Órgãos e Poderes Públicos;

Objetivo Estratégico 12: Garantir a Participação Social nas Iniciativas de Segurança Pública.

11 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os orçamentos para as realizações das iniciativas estratégicas previstas pelos órgãos do SIEDS no PESPDS 2022-2031 estão disponíveis no Plano Plurianual do Estado do Pará 2024-2027, contendo as fontes de financiamento, programas e ações, conforme organização da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Pará (SEPLAD).

12 - SISTEMA DE GOVERNANÇA

Instituído pela PORTARIA SEGUP nº 135, de 31 de Outubro de 2023, o Sistema de Governança compreende um conjunto de mecanismos práticos destinados ao monitoramento, avaliação e direcionamento da gestão de políticas públicas e de prestação de serviços de interesse social estabelecidos no PESPDS 2022-2031.

OBJETIVOS DO SISTEMA DE GOVERNANÇA DO PESPDS 2022-2031

I- Prover e organizar as instâncias gerenciais ou níveis de governança do PESPDS, em consonância com os princípios, diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pela política de governança do Governo do Estado do Pará;

II- Viabilizar métodos, diretrizes, procedimentos, instrumentos e ferramentas de gestão capazes de direcionar ações estratégicas descritos no PESPDS a partir do monitoramento e avaliação de seus resultados;

III- Assegurar a implementação, o aperfeiçoamento e as melhorias administrativas e operacionais do PESPDS;

IV- Promover a gestão integrada, estratégica, de pessoas, de desempenho e por resultados dos órgãos pertencentes ao SIEDS para a prestação de serviço de qualidade à sociedade;

V- Facilitar e garantir a prestação de contas à sociedade sobre os resultados do PESPDS, sobretudo, por meio de transparência ativa.

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

I- Capacidade de resposta,

II- Integridade,

III- Confiabilidade,

IV- Melhoria regulatória,

V- Prestação de contas e responsabilidade e

VI- Transparência.

PARÂMETROS DA MATURIDADE DA GOVERNANÇA

I- Pensamento sistêmico: Ter pensamento sistêmico é gerenciar levando-se em conta as múltiplas relações de interdependência entre as unidades internas de uma organização e entre a organização e outras organizações de seu ambiente externo. O aproveitamento dessas relações minimiza custos, qualifica o gasto público, reduz tempo, gera conhecimento e aumenta a capacidade da organização de agregar valor à sociedade. O pensamento sistêmico pressupõe, ainda, a valorização das redes formais com cidadãos-usuários, interessados e parceiros, bem como das redes que emergem informalmente, entre as pessoas que as integram e, destas, com pessoas de outras organizações e entidades.

II- Aprendizado organizacional: O aprendizado organizacional na gestão significa gerenciar buscando, continuamente, novos patamares de conhecimento e transformando tais conhecimentos em bens individuais e, principalmente, organizacionais. Entender que a preservação e o compartilhamento do conhecimento que a organização tem de si própria, de sua gestão e de seus processos é fator imprescindível para o aumento de seu desempenho.

III- Cultura da inovação: Ter cultura de inovação é gerenciar promovendo um ambiente favorável à criatividade; isso requer atitudes provocativas, no sentido de estimular as pessoas a buscarem, espontaneamente, novas formas de enfrentar problemas e fazer diferente.

IV- Liderança e constância de propósitos: Ter liderança e constância de propósitos significa gerenciar motivando e inspirando as pessoas, de forma a obter delas o máximo de cooperação e o mínimo de oposição. Isso pressupõe: a) atuação de forma transparente, compartilhando desafios e resultados com todas as pessoas; b) participação pessoal e ativa da alta administração; c) constância na busca pela consecução dos objetivos estabelecidos, mesmo que isso implique algum tipo de mudança; e d) prestação de contas sobre o que acontece no dia a dia da organização.

V- Processos e informações: O critério de processos e informações significa gerenciar por processos — conjunto de centros práticos de ação cujo propósito é cumprir a finalidade do órgão/entidade — e estabelecer o processo decisório e de controle alicerçado em informações. Dessa forma, a gestão terá condições de racionalizar sua atuação e dar o máximo de qualidade ao seu processo decisório.

VI- Visão de futuro: Ter visão de futuro na gestão é gerenciar com direcionalidade estratégica. O processo decisório do órgão/entidade deve ter por fator de referência o estado futuro desejado pela organização e expresso em sua estratégia. É fundamental, para o êxito da estratégia, que a visão de futuro, desdobrada em objetivos estratégicos, oriente a gestão da rotina e determine os momentos de mudança na gestão dos processos.

VII- Geração de valor: A geração de valor na gestão significa gerenciar de forma a alcançar resultados consistentes, assegurando o aumento de valor tangível e intangível, com sustentabilidade, para todas as partes interessadas.

VIII- Comprometimento com as pessoas: O comprometimento com as pessoas na gestão significa gerenciar de forma a estabelecer relações com as pessoas, criando condições de melhoria da qualidade nas relações de trabalho, com o objetivo de que se realizem humana e profissionalmente. Essa atitude gerencial pressupõe: a) dar autonomia para atingir metas e alcançar resultados; b) criar oportunidades de aprendizado e de desenvolvimento de competências; e c) reconhecer o bom desempenho.

IX- Foco no cidadão e na sociedade: Ter foco no cidadão e na sociedade é gerenciar com vistas ao atendimento regular e contínuo das necessidades dos cidadãos e da sociedade, na condição de sujeitos de direitos, beneficiários dos serviços públicos e destinatários da ação decorrente do poder de Estado exercido pelos órgãos e entidades públicos.

X- Desenvolvimento de parcerias: O desenvolvimento de parcerias na gestão significa gerenciar valendo-se da realização de atividades conjuntas

com outras organizações com objetivos comuns, de forma a buscar o pleno uso das suas competências complementares para desenvolver sinergias.

XI- Responsabilidade social: A responsabilidade social na gestão significa gerenciar de forma a assegurar a condição de cidadania, com garantia de acesso aos bens e serviços essenciais, tendo, ao mesmo tempo, a atenção voltada para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais.

XII- Controle social: O controle social na gestão significa gerenciar com a participação das partes interessadas. Essa participação deve acontecer no planejamento, no acompanhamento e na avaliação das atividades dos órgãos ou entidades públicas.

XIII- Gestão participativa: Gestão participativa é o estilo da gestão de excelência que determina uma atitude em que se busque a cooperação das pessoas e que reconhece o potencial diferenciado de cada um e, ao mesmo tempo, harmonize os interesses individuais e coletivos, a fim de conseguir a sinergia das equipes de trabalho.

NÍVEIS DE GOVERNANÇA DO PESPDS

NÍVEL 1- Comitê Estratégico de Governança do PESPDS (CESTG-PESPDS) O CESTG-PESPDS, atuando no nível 1 como gerente estratégico do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – PESPDS, é composto pelos membros do Conselho de Segurança Pública constituídos no art. 5º do anexo da Resolução nº 351/2018-CONSEP, de 13/12/2018, alterada pela Resolução nº 408/2020-CONSEP, de 21/10/2020, homologada pelo Decreto Estadual nº 1.465, de 12 de abril de 2021.

NÍVEL 2- Comissão Técnica de Governança do PESPDS (CTG-PESPDS) A CTG-PESPDS é a supervisora técnica de controle dos processos e resultados do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – PESPDS, composta pela gerência da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

NÍVEL 3- Comitê Executivo de Governança do PESPDS (CEXG-PESPDS) A CEXG-PESPDS, atuando no nível N3 como coordenador operacional das ações estratégicas para alcance das metas definidas no Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – PESPDS, será composta pelos seguintes membros permanentes:

I- Secretário Adjunto de Gestão Operacional – SAGO/SEGUP; Supervisor do Comitê;

II- Diretor do Departamento de Políticas de Segurança Pública – SEGUP, Presidente do Comitê;

III- O Chefe do Núcleo de Gestão Por Resultados – NGR/SEGUP

IV- Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Pará – PMPA;

V- Chefe do Departamento Geral de Operações da PMPA

VI- Subcomandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará – CBMPA;

VII- Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil do Pará – PCPA;

VIII- Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará – SEAP;

IX- Diretor Técnico e Operacional do Departamento de Trânsito do Pará – DETRAN/PA;

X- Chefe do Instituto de Medicina e Odontologia Legal “Renato Chaves” da Polícia Científica do Pará – PCEPA.

ROTINAS DE GOVERNANÇA DO PESPDS

As rotinas de governança do PESPDS serão realizadas por meio de reuniões, seminários, cursos, workshop ou por outras atividades de agrupamentos de discussões tomando por base os objetivos das convocações feitas pelos responsáveis de cada níveis de governança.

REVISÃO

As revisões do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2022-2031, serão realizadas bialmente, até o dia 30 de abril de cada ano, conforme os ciclos abaixo:

1. a) Ciclo I: 2021-2022 (elaboração do Plano);
2. b) Ciclo II: 2023-2024;
3. c) Ciclo III: 2025-2026;
4. d) Ciclo IV: 2027-2028;
5. e) Ciclo V: 2029-2030.

As revisões também poderão ser realizadas em caso de extrema necessidade propostas pelo Nível 1 de Governança, quando forem relativos ao cumprimento de objetivos e metas estabelecidas no PESPDS.

O Sistema de Governança será subsidiado pelo Programa de Análise de Resultados da Gestão Estratégica Administrativa e Operacional (PARGEO) implementado pelo Núcleo de Gestão de Resultados da SEGUP, que contará com metodologia própria, perene e interinstitucional, apto para subsidiar de informações estratégicas os gestores nas tomadas de decisões.

13 - REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, n. 151, p. 01, 08 ago. 2006.

BRASIL. 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 99 de 14 de dezembro de 2017. Brasília, DF: Senado, 2017.

BRASIL. Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Diário Oficial da União. Brasília, 2020.

BRASIL. Decreto Lei Nº 10.822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, n. 189, p. 03, 29 set 2021.

BRASIL. Decreto Lei Nº 9.203 de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política de governança pública federal direta, autárquica e funcional. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, n. 224, p. 03, 23 nov. 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.675, de 26 de dezembro de 2018. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, n. 111, p. 04, 12 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 17, 27 dez 2018.

BRASIL. 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BRASIL. 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretária de Segurança Pública e Defesa Social do Pará. Análise do Plano de Segurança Pública e Defesa Social. SEI/MJ -26615571. 16 p. Brasília - DF. 04 jan. 2024.

CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento pelas Diretrizes (Hoshin Kanri): o que todo membro da alta administração precisa saber para entrar no terceiro milênio. 5. ed. - Nova Lima: Falconi editora. 2013.

CARDOSO, A. O. O.; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Comunicação organizacional-confronto entre Luhmann e Habermas-conjecturas necessárias. Rio de Janeiro: Anais da XXXII ENANPAD, 2008.

DURANTE, Marcelo; BORGES, Doriam. Avaliação de desempenho em Segurança Pública. In: Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública. Disponível em: <http://www.novo-justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-desempenho/download/estudos/sjcvolumes5/avaliacao.desempenho.seguranca.publica.pdf>. Acesso em 02 mai 2024.

FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália de Oliveira. Sistema de Justiça Criminal No Brasil: Quadro Institucional E Um Diagnóstico De Sua Atuação. IPEA, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1479>. Acesso em 20 ago. de 2024.

GENELOT, D. Manager dans la complexité - réflexions à l'usage des dirigeants. 3. ed. Paris: Insep Consulting, 2002.

KNIGHT, F. Risk, uncertainty and profit. London: Houghton Mifflin, 1921. (Second Edition, 1933).

KRUG, E.G. et al., World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2022.

NEVES, Clarissa Ecker Baeta; NEVES, Fabrício Monteiro. O que há de complexo no mundo complexo? NikKklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas sociais. Sociologias, Dossiê, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p.182-207. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a07v8n15.pdf>. Acesso em 01 mai. 20.

PARÁ. Decreto Nº 141, de 10 de Junho de 2019. Institui a Política de Inclusão Social e Redução da Violência - “Territórios pela Paz”, no Estado do Pará. Diário Oficial do Estado. Belém, PA, n 33.893, de 11 jun 2019. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2019/06/11/2019.06.11.DOE.5.pdf>. Acesso em 20 ago. 2024.

PARÁ. Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011: Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Belém, PA, nº 32.006, de 29 dez 2011. Disponível em: http://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/lei-no-7.584--reset.segup_registro_interno.O.pdf. Acesso em 20 ago. 2024

PARÁ. Decreto nº 2409, de 02 de junho de 2022. Institui a Política Estadual de Apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública (PEOSP), no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Diário Oficial do Estado do Pará. Belém - PA. n. 34.996, p. 05-06, 06 jun. 2022.

PARÁ. Decreto nº 9.771, de 23 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz) no âmbito do Estado do Pará. Diário Oficial do Estado do Pará. 2 ed. Belém - PA. n. 35.231, p. 04, 23 dez 2022.

PARÁ. PORTARIA nº 135, de outubro de 2023. Institui o Sistema de Governança do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS 2022-2031). Diário Oficial do Estado do Pará. Belém - PA. n. 35.602, p. 55-57, 09 nov.2023.

PARÁ. Plano Estadual Amazônia Agora. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Governo do Pará. 2020. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/amazoniaagora/Plataforma_agenda_2030. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IEPA. 2015. Disponível em: http://www.agenda2030.com.br/Acesso_21_ago_2024.

PARÁ. Secretaria de Estado e Segurança Pública e Defesa Social. Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal [resposta ao Memorando nº34/2024 - NGR/SEGUP]. Relatório técnico estatístico sobre o diagnóstico anual da criminalidade, dos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. Processo Administrativo Eletrônico (PAE) n. 2024/701444. 08 jun. 2024. 38p.

RAMOS, Carlos Eduardo de Francisca et al. Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal. Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro-GIF/RJ, v. 29, 2018.

REIS, João Francisco Garcia; VIDAL, José Pont; MIRANDA, Wando Dias. A percepção da violência a partir do crime (livro eletrônico). 1 ed., Belém, PA: GeoDigital, 2020.

TIMMERS, Hans: Government Governance: Corporate governance in the public sector, why and how. In: 9th fee Public Sector Conference. Netherlands. 2000. Disponível em: http://www.ecgi.org/codes/documents/public_sector.pdf. Acesso em 21 ago. 2024.

TRINDADE, Eugênia Andréa Rebelo de Andrade. Homicídios na Região Metropolitana de Belém: práticas para contenção e vulnerabilidades. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - UFPA. Dissertação de mestrado. Belém-PA, 2019. Disponível em: https://www.ppgsp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2017/2017_01%20-%20TRINDADE.pdf. Acesso em 21 ago. 2024.

14. ANEXOS
 15. I. Caderno Metodológico e de Gestão de Riscos do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESPDS 2022- 2031.
 16. II. Relatório Origem do PESPDS 2022-2031 elaborado pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC-SEGUP) sobre o diagnóstico anual da criminalidade no período de 2018 a 2021.

Protocolo: 1156812

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL PORTARIA Nº 2/2025 – SSMRPC/ST/DGP

Incorpora o candidato habilitado no Concurso Público para Admissão ao Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Pará.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 053, de 07 de fevereiro de 2006, especificadamente as previstas no Art. 8º, I e IX;

Considerando o disposto no Art. 19, Parágrafo Único, inciso I, da Lei Estadual nº 6.626, de 03 de fevereiro 2004;

Considerando a homologação da habilitação do candidato aprovado no concurso público para admissão ao Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Pará, conforme foi tornado público por meio do Edital n.º 1/2025 – SSMRPC/ST/DGP – CFP/PMPA, de 07 de janeiro de 2025, para fins de cumprimento da decisão judicial;

RESOLVE:

Art. 1º INCORPORAR no estado efetivo da Polícia Militar do Pará, ficando garantida a matrícula no próximo Curso de Formação de Praças, a ser realizado pela Corporação o candidato abaixo:

MIQUEIAS DE CARVALHO PIRES, (SUB JUDICE), Mandado de Segurança, processo nº 0803613-80.2021.814.0070.

Art. 2º CLASSIFICAR o Aluno CFP no Departamento Geral de Educação e Cultura (DGECE).

Art. 3º Esta PORTARIA entra em vigor a contar de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Belém, 08 de janeiro de 2025.

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044
 Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará

Protocolo: 1156867

PORTARIA N.º 0163/2025 – SCCMP/SP/DGP

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, no exercício da atribuição prevista no artigo 8º, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 053/2006; Considerando os termos do Ofício n.º 05/2025-CONJUR/3, de 03 de janeiro de 2024, que anexa o Ofício n.º 001709/2024-PGE-GAB, de 19 de dezembro de 2024, no qual o Sr. João Olegário Palácios – Procuradora-Geral Adjunto do Contencioso em exercício, encaminha e recomenda o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Processo n.º 0803628-74.2017.8.14.0301, impetrado por CRISNAMUT MELO DE MARIA (CPF N.º 037.337.413-58), em face do Estado do Pará, cuja demanda tem por objeto o retorno do requerente ao CFP/PMPA/2016. No feito, foi julgado improcedente o pedido. Entretanto, em sede recursal, foi dado provimento ao recurso para reformar a sentença de primeira instância, determinando o aproveitamento imediato dos cursos realizados pelo recorrente e o reconhecimento de sua condição funcional atual nos quadros da Polícia Militar do Estado do Pará, assegurando-lhe a permanência no cargo. (PAE n.º 2024/2576578);

RESOLVE:

Art. 1º REINTEGRAR na Polícia Militar do Pará, o SD PM RG 43460 CRISNAMUT MELO DE MARIA, Matrícula Funcional: 59444421, em decorrência de Decisão Judicial nos Autos do Processo nº 0803628-74.2017.8.14.0301.

Art. 2º CLASSIFICAR o SD PM RG 43460 CRISNAMUT MELO DE MARIA, no 24º BPM (Belém)/CPC II.

Art. 3º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Belém, 8 de janeiro de 2025.

Protocolo: 1156937

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2023-CCC/PMPA; Pelo presente fica corrigida a publicação do 1º termo aditivo, referente ao contrato administrativo nº 061/2023, cujo objeto é a Contratação de serviço de fornecimento das licenças e utilização dos serviços das APIs da plataforma do google maps, com suporte técnico para atender às necessidades da Polícia Militar do Estado Do Pará - PMPA; Publicado no DOE nº 36.089 de 07/01/2025, PROT. Nº 1156144; **Onde se lê:** SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO AD-

MINISTRATIVO 061/2023 - CCC/PMPA; **Leia-se:** PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 061/2023 - CCC/PMPA;

Protocolo: 1156875

TERMO ADITIVO A CONTRATO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 052/2023-CCC/PMPA; OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo de execução da obra por mais 120 (cento e vinte) dias; O valor deste termo aditivo permanece conforme aditivo anterior, mantendo o valor global de R\$ 2.104.182,07 (dois milhões cento e quatro mil cento e oitenta e dois reais e sete centavos); Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes; Data de Assinatura 03/01/2025; A despesa com este termo aditivo ocorrerá da seguinte forma: Programa: 1502 - Segurança Pública; Ação(Projeto/Atividade): 26/7559 - Adequação das Unidades Policiais; Natureza da Despesa: 44.90.51 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica; Plano Interno: 105C26CIPMAL; Fonte do Recurso: 0150000001 (Recursos Ordinários) e/ou 01704000026 (Royalties Petróleo); Empresa: IRS EMPREENDIMENTOS LTDA; CNPJ nº 21.169.120/0001-97; ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM ; Comandante-geral da PMPA.

Protocolo: 1156946

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2023-PMPA; OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de execução de obra e do prazo de vigência por mais 90 (noventa) dias; O valor deste aditivo permanece o previsto no 6º termo aditivo; Data da assinatura: 07/01/2025; A despesa com este contrato ocorrerá da seguinte forma: Programa: 1510 - Segurança Pública; Ação: 7559 - Adequação de unidades Policiais; Natureza da Despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações; Plano Interno: 103C03CPRCL; Fonte: 0150000001 (Recursos Ordinários) e/ou 01704000026 (Royalties Petróleo); Empresa: TSS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA; CNPJ: 48.265.002/0001-39; ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM; Comandante-Geral da PMPA.

Protocolo: 1156949

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 037/2023-CCC/PMPA; OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo de execução da obra por mais 120 (cento e vinte) dias; O valor do termo aditivo permanece conforme aditivo anterior, mantendo o valor global de R\$ 2.035.911,79 (dois milhões trinta e cinco mil novecentos e onze reais e setenta e nove centavos); Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes; Data de Assinatura 07/02/2025; A despesa com este termo aditivo ocorrerá da seguinte forma: Programa: 1510 - Segurança Pública; Ação(Projeto/Atividade): 26/7559 - Adequação das Unidades Policiais; Natureza da Despesa: 44.90.51 - Obras e Instalações; Plano Interno: 103C29CIPOB; Fonte do Recurso: 0150000001 (Recursos Ordinários) e/ou 01704000026 (Royalties Petróleo.); Empresa: LUIS MANOEL SARAIVA NETO - EPP (MINERVA ENGENHARIA); CNPJ nº 29.188.615/0001-75; ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM ; Comandante-geral da PMPA.

Protocolo: 1156978

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2024 – DL/PMPA TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, no uso de suas atribuições previstas no art. 71, IV da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo art. 44 do Decreto Estadual nº 2.940/2023; considerando os autos do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 90021/2024/DL/PMPA – PAE nº 2023/1448005, cujo objeto é a aquisição de equipamentos eletrônicos, a fim de viabilizar o funcionamento das atividades acadêmicas dos Cursos de Formação de Oficiais e de Praças da PMPA.

RESOLVE:

1 - ADJUDICAR aos licitantes vencedores os objetos do certame, após analisados os atos praticados pelo agente de contratação designado para o certame, o 3º SGT PM RG 38150 WENDELL RODRIGUES BARROS, conforme indicado no quadro abaixo:

LICITANTE VENCEDOR: Synergo Negócios Ltda. CNPJ: 49.485.991/0001-39 ENDEREÇO: Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1375, sala 24, no bairro da Umarizal, CEP: 66055-200, na cidade de Belém-PA. TELEFONE: (91) 99147-0110 / (91) 3122-5051. - EMAIL: synergonegocios Ltda@gmail.com					
ITEM	OBJETO	MARCA/MODELO	QTD	Valor unitário	Valor Total
1	CAIXA DE SOM	STANER / PS 1501	11	R\$ 2.029,50	R\$ 22.324,50
VALOR TOTAL					R\$ 22.324,50